



# Assembleia Municipal de Monchique

**ACTA N.º** 03 / **200** 6

**SESSÃO** <sup>1</sup> ORDINÁRIA **REALIZADA**

**NO DIA** 26 **DE** ABRIL **DE 200** 6

---

<sup>1</sup> Extraordinária ou ordinária conforme os casos

## Acta número 3/2006

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 26 de Abril de 2006.-----

Aos 26 dias do mês de Abril do ano de 2006, pelas 21h23, nesta vila de Monchique, no edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão aprezada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;**-----

**Dois: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do Município de Monchique referentes ao ano económico de 2005;**-----

**Três: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Alferce;**-----

**Quatro: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Monchique;**-----

**Cinco: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Marmeleite;**-----

**Seis: Informações sobre: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, Plano Regional do Ordenamento Florestal do Algarve, Plano Sectorial da Rede Natura 2000.**-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Mário Manuel Papuchinha David e por Henrique Jorge Vicente Maio, respectivamente Primeiro e Segundo secretários da Mesa.----

Esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Monchique, António Manuel Moreira da Silva Mira em substituição do Presidente da Câmara.-----

Pelas 21h23 o Primeiro Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

**Do PS:** José Manuel da Silva Furtado, José Alves Francisco, Carlos Bruno Correia de Almeida, António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa; António Silvestre da Silva Nunes, Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho, Luís Filipe Silva Bebiano e Maria da Graça Cerro Batalim da Mota; **do PSD:** Rui Miguel da Silva André, António Manuel Rodrigues Venda, Francisco José Martins Freitas, Paulo Alexandre Duarte Rosa, Luís Filipe de Carvalho Grade e Paulo Jorge Martins Teodoro -----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão -----

**Votação das actas das sessões da Assembleia Municipal:-----**

- ordinária realizada no dia 10 de Março de 2006;-----

- extraordinária realizada no dia 21 de Março de 2006.-----

O Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura destas actas que foram atempadamente enviadas aos senhores membros para apreciação, junto à convocatória para a presente sessão, tendo também questionado o plenário por eventuais objecções ou comentários ao conteúdo das mesmas:-----

Acta da sessão ordinária de 10 de Março de 2006: Aprovada por unanimidade.-----

Acta da sessão extraordinária de 21 de Março de 2006: Aprovada com um voto contra do membro António Venda e duas abstenções dos membros Paulo Teodoro e Francisco Freitas.-----

**Leitura do expediente:** Nos termos do estatuído na alínea n) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do nº2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente: Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 44, de 30 de Março de 2006, registado com o nº 24, com o envio do boletim ANMP nº 145, referente a Março 2006; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 48, de 4 de Abril de 2006, registado com o nº 25, prestando informações sobre os efeitos da entrada em vigor da Lei nº 12/2004, de 30 de Março; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 1655, de 5 de Abril de 2006, registado com o nº 26, com o envio de textos dos protocolos celebrados com as juntas de freguesia do município; ofício da Assembleia de Freguesia de Marmeleite,

M  
X

com a referência 8, de 17 de Abril de 2006, registado com o n.º 27, informando da realização de uma reunião daquele órgão autárquico em 29 de Abril de 2006. A propósito desta comunicação o Presidente da Assembleia Municipal referiu que não sendo este um procedimento obrigatório era todavia recomendado e nessa conformidade aconselhava os presidentes de junta a darem sempre conhecimento da realização das reuniões daqueles órgãos por forma a obstar eventuais sobreposições de datas; fax da Agência de Viagens Abreu, SA, sem referência, de 18 de Abril de 2006, registado com o n.º 28, prestando informações sobre o preço de viagem e estadia em congresso para o Presidente da Assembleia Municipal; Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 58, de 19 de Abril de 2006, registado com o n.º 29, com o convite para participação na acção de formação relativa ao tema “acesso aos documentos administrativos”; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 1878, de 21 de Abril de 2006, registado com o n.º 30, com o envio da informação a ser presente na sessão da Assembleia Municipal.-----

**Justificação de faltas.** Foram presentes: carta de Maria da Graça Moreira da Silva Mira, sem referência e sem data, registada com o n.º 22, com justificação da falta à presente sessão e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Socialista à eleição da Assembleia Municipal de Monchique; carta de Dina Paula Correia Baiona, sem referência, de 20 de Abril 2006, registada com o n.º 23, com justificação para a sua falta à presente sessão e o correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Social-Democrata à eleição da Assembleia Municipal de Monchique -----

A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas as faltas daquelas eleitas.-----

Pelas 21h30, atingido o período limite para o registo de assiduidade é o seguinte o quadro de presenças à presente sessão.-----

**Presenças:**-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PS	José Manuel da Silva Furtado

PSD	Rui Miguel da Silva André
PS	José Alves Francisco (em substituição de Maria da Graça Moreira da Silva Mira)
PSD	António Manuel Rodrigues Venda
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PS	Mário Manuel Papuchinha David
PSD	Francisco José Martins Freitas (em substituição de Dina Paula Correia Baiona)
PS	António José da Conceição P.R. Páscoa
PSD	Paulo Alexandre Duarte Rosa
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	Luís Filipe de Carvalho Grade
PS	Henrique Jorge Vicente Maio
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PS - Pres. Junta de Freguesia de Alferce	Luís Filipe da Silva Bebiano
PSD - Pres. Junta de Freguesia de Marmelete	Paulo Jorge Martins Teodoro
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Maria da Graça Cerro Batalim da Mota

**Faltas:**-----

Força política	Nome	documento justificativo
PSD	Fernando António Andrez Várzea	Não apresentou

Seguidamente deu-se entrada ao **Período Antes da Ordem do Dia**-----

**Período Antes da Ordem do Dia** -----

Foi entregue à Mesa um documento contendo o texto de uma moção com o título “Curso de Medicina - já” subscrito pela bancada do PSD.-----

O Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que este assunto fosse tratado a seguir às intervenções individuais dos membros. Assim deu primeiramente a palavra ao plenário.-----

Falou o membro Paulo Rosa do PSD reportando-se ao tema comarca de Monchique. Começou por dizer que, embora o Ministério da Justiça não se tivesse pronunciado publicamente sobre este tema, era dado como certo o encerramento, a breve prazo, da comarca de Monchique. Fez uma resenha

MY  
L

histórica dizendo que quando a vila fora elevada a sede de concelho constituíra-se também a comarca e um julgado municipal, como partes dos diversos ramos de um poder local que se instituía, que, chegado aos dias de hoje, se vai diluindo, se se juntar a este os factos de também o cartório notarial estar inactivo há meses (não se vislumbrando que possa vir a ser reactivado), e todas as perdas de protagonismo que o concelho tem vindo a sofrer nos últimos tempos como sejam o decréscimo e o envelhecimento da população e a perda de poder económico. Em última instância e porque tudo tem um começo, disse, é de esperar que um dia não muito longe venha a ser extinto também o poder político e se passe a constituir uma freguesia de Silves ou Portimão. Perante estas hipóteses que se avizinhavam instava os membros da Assembleia Municipal a reflectirem nas consequências que isso poderia ter para o município e daí avançarem para uma tomada de posição una e suprapartidária, porventura através de uma sessão extraordinária do órgão deliberativo.-----

Terminada esta intervenção não havendo mais ninguém interessado em usar da palavra o presidente da Assembleia Municipal solicitou ao plenário que aprovasse a admissão da moção apresentada pela bancada do PSD, intitulada "Curso de Medicina - já" -----

Contabilizados os votos verificou-se que a moção foi admitida à discussão por unanimidade.-----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal leu o texto da moção cujo documento correspondente passa a constituir o anexo n.º 10/2006 às actas. Depois deu a palavra ao plenário para intervenções relativas a este ponto.-----

Falou o membro Rui André, do PSD, em complemento ao texto da moção dizendo que, para além das preocupações expressas no documento ficara por dizer que o corpo clínico que trabalha na região já tem uma média de idade avançada, a qual irá porventura causar problemas daqui a dez anos quando ocorrerem as reformas de grande parte dos médicos. Por outro lado os números apresentados no texto não contabilizavam a população flutuante do Algarve, que no Verão quase duplica, circunstância que torna mais grave a situação. Disse ainda que esta mesma moção tinha sido aprovada por unanimidade na última sessão da Assembleia Metropolitana do Algarve -----

Falou o membro Carlos Almeida, do PS, para requerer uma interrupção dos trabalhos da Assembleia que permitisse ao grupo do PS uma análise mais

aprofundada do texto apresentado.-----

Falou o membro José Manuel Furtado, do PS, para inquirir os signatários da moção sobre se tinham algum conhecimento da posição da Universidade do Algarve (Ualg) relativamente a esta proposta.-----

Respondeu o membro Rui André à questão colocada dizendo que participara em reuniões com o reitor da Ualg, e sabia que o próprio estabelecimento tinha propostas inovadoras para um curso de medicina em molde diferente dos convencionais, com diferente estrutura curricular mais dimensionada para a componente social da profissão.-----

Falou o membro Carlos Almeida dizendo que o curso que a Ualg se preparava para lançar visava essencialmente, numa primeira fase, aproveitar os estudantes com conhecimentos prévios na área de científico-naturais e formar médicos de família com recurso a aprendizagem no terreno, sob a tutela de médicos dos centros de saúde, prevendo-se que o processo arrancasse em 2008. A unanimidade verificada na Assembleia Metropolitana relativamente a este tema devia-se ao facto de todos os membros terem consciência que este primeiro passo era importante para no futuro se aspirar a dispor de uma faculdade de medicina no Algarve e, como tal, pensava que também a bancada do PS não iria chumbá-la agora mas gostaria de discutí-la previamente com os seus pares.-----

Falou o membro José Manuel Furtado dizendo que havia opiniões que diziam não ter o Algarve condições para se prosseguir este objectivo com a alegação de que não existe uma unidade hospitalar suficientemente grande para a formação destes médicos.-----

Falou o Presidente da Assembleia Municipal dizendo que na Assembleia metropolitana em que ele estivera presente bem como o membro Carlos Almeida tinham sido esclarecidos muitos pormenores sobre a moção que estava em cima da mesa, por pessoas directamente ligadas ao projecto do curso de medicina e, o único senão que surgira fora a palavra 'já' no final do título da moção, que induzia uma ideia de imediatismo que não tinha a ver com a calendarização já agendada para a prossecução do projecto e assim os proponentes acabaram por retirá-la do texto da moção.-----

O membro Rui André, como um dos subscritores da moção, disse aceitar a sugestão de retirar a palavra "já" do seu texto.-----

O membro Carlos Almeida disse assim que não se justificava já a interrupção dos trabalhos e o grupo do PS estaria pronto a votar a moção.---

Assim o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção  
subscrita com o título "curso de medicina"-----

Contabilizados os votos verificou-se a sua aprovação por unanimidade.-----

Seguidamente deu-se entrada ao Período da Ordem do Dia.-----

**Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara  
acerca da actividade do município bem como da situação financeira do  
mesmo;**-----

Após a introdução deste ponto, cujo documento passa constituir o anexo n.º  
11/2006 às actas o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao  
representante da Câmara Municipal para este complementar, se o  
entendesse, a informação escrita.-----

O Vice-Presidente da Câmara disse nada ter a acrescentar à informação  
escrita -----

Assim o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao plenário para  
intervenções que os membros quisessem fazer relativas ao ponto em  
agenda.-----

Da parte dos presentes não houve qualquer intenção de intervir pelo que se  
encerrou este ponto e se deu entrada ao ponto dois da Ordem de Trabalhos.-

**Dois: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do  
Município de Monchique referentes ao ano económico de 2005;**-----

Após a introdução deste ponto cujo anexo passa a constituir o anexo n.º  
12/2006 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal deu de novo a  
palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para este complementar os  
documentos escritos.-----

Falou o Vice-Presidente da Câmara Municipal começando por dizer que, a  
Câmara conseguira fazer um mapa de amortizações em virtude de já dispor  
da reconciliação contabilística do seu património, o que não sucedera em  
anos anteriores, e assim o património tinha valores positivos no concernente  
a resultados operacionais se bem que os resultados de exercício  
apresentassem valores negativos. Depois desta explicação colocou-se ao  
dispor do plenário para esclarecer quaisquer dúvidas que os membros  
tivessem relativamente aos documentos.-----

Falou o membro Rui André dizendo que a execução menor de que 51%  
verificada nos documentos merecia nota negativa. Não sendo este um ano de  
eleições compreendia-se que as coisas esmorecessem mas as obras que o  
partido do executivo tinha prometido estavam paradas.-----

O Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção do membro Rui André, dizendo-lhe que o que estava em discussão eram documentos de prestação de contas e não de planeamento.-----

Continuou o membro Rui André a sua intervenção tendo começado por questionar como é que a Câmara Municipal justificava perante a DGAL o aumento de 20% verificado com as despesas de pessoal e bem assim os aumentos dos fornecimentos externos da ordem dos 30%. A dívida da Câmara Municipal de Monchique aumentara um milhão e 133 mil euro e por isso não se espantava quando ouvia referir que esta autarquia era das mais endividadas e das menos cumpridoras. Depois questionou, relativamente a quatro obras inscritas no documento com verba cabimentada de 4408 mil euro, entre as quais a beneficiação do caminho municipal de Ribeira das Canas, que destino levava o dinheiro remanescente da quantia de 2908 mil euro que a Câmara já recebera, sendo que só gastara 159814 euro. Terminou a sua intervenção dizendo que as transferências de verbas para fins diferentes daqueles a que se destinam podem originar perdas de mandato.---

Falou o membro Luís Grade, do PSD, começando por dizer que as verbas gastas com restauração, que nas suas contas perfaziam cerca de 30 mil euro, lhe pareciam exageradas, tendo-se em conta as esporádicas visitas de dignitários a Monchique, pois aquele valor é suficiente para pagar cerca de 10 mil refeições médias. Contudo a autarquia subsidiara a Associação de Dadores de Sangue do Barlavento algarvio e a Associação Oncológica do Algarve respectivamente com 500 e 1000 euro, sendo estas causas filantrópicas que tocam a todos e mereciam mais. Depois reportou-se à rubrica horas extraordinárias e ajudas de custo para dizer que a verba de 250 mil euro despendida era de tal maneira exagerada que a sua própria entidade patronal com mais de trezentos funcionários nunca se aproximara daqueles valores e, só conseguia entendê-la na perspectiva de ter sido um ano de eleições com muitas obras a mobilizarem recursos humanos.-----

Terminadas estas intervenções o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Monchique para este responder às questões suscitadas.-----

Falou o Vice-Presidente da Câmara Municipal começando por dizer que o aumento ocorrido com as despesas com pessoal não se referia a remunerações nem horas extra ou ajudas mas essencialmente a despesas de saúde, como podia ser verificado com uma análise cuidada dos documentos

Depois reportando-se aos gastos com restauração informou o membro Luís Grade, pelo facto de este estar a cumprir o seu primeiro mandato no plenário, que a Câmara mantinha, e logicamente a Assembleia Municipal tinha disso conhecimento, um protocolo com os BVM em que assegura todas as refeições dos Grupos de Primeira Intervenção (GPIs) e das Brigadas helitransportadas, refeições essas englobadas nas verbas referidas. Quanto a despesas com ajudas de custos e horas extraordinárias disse que os números em apreciação estavam dentro dos parâmetros da normalidade na Câmara de Monchique, representavam pouco mais de 50% do máximo de 60% das despesas correntes do ano anterior, permitidos por lei, e a limitação imposta reportar-se-ia apenas a 2006 Terminou dizendo que assim não tinha razão de ser a alegação do membro Luís Grade de que se tratara de um ano eleitoral, porque o seu colega de bancada alegara exactamente que este relatório espelhava a ausência de eleições e as duas intervenções denotavam uma contradição. Não houve eleitoralismo nem nunca houvera da parte da Câmara de Monchique em anos de eleições -----

Falou o membro Carlos Almeida, do PS, interpelando o membro Rui André, reportando-se à sua intervenção em que ele falara de desvios de verbas pedindo-lhe para ele esclarecer o que significava exactamente a afirmação que produzira que a Câmara de Monchique era uma das menos cumpridoras. -----

Falou o membro Rui André começando por responder à intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal dizendo que contradição era sim o facto de em 9 de Outubro se ter dito às pessoas que obras como o parque empresarial e o parque de exposições e feiras estavam a andar e, dois dias depois tudo ter parado e isto é que era aproveitamento político. Depois falou do tema despesas a mais tendo dito que o problema não era específico de Monchique mas sim nacional pois a maior parte dos projectos e obras que se levavam a efeito eram sempre orçamentados por baixo para agradar a decisores políticos mas invariavelmente os seus custos disparavam, e isso verificava-se nos trabalhos a mais inscritos neste documento, na ordem dos 700 mil euro, os quais ao serem suportados pelo orçamento municipal iriam sobrecarregá-lo. Esta situação seria evitável se houvesse o cuidado de orçamentar obras pelo real valor que elas iriam custar ou se nos cadernos de encargos ficasse consignada a oneração dos responsáveis por esses trabalhos a mais. -----

Falou o Vice-Presidente da Câmara Municipal dizendo que o membro Rui André estava equivocado e não entendia os conceitos de trabalhos a mais, orçamentos, adjudicações e nem sequer entendia como se processava a tramitação de um processo de empreitada, senão não teria dito o que dissera e assim aconselhava-o a informar-se previamente de questões técnicas antes de falar. Nas condições confusas em que a intervenção fora feita tornava-se impossível dar qualquer resposta. Por seu lado também gostaria de ver respondida a questão colocada pelo membro Carlos Almeida -----

Falou o membro Rui André começando por dizer que não estava no plenário para responder mas sim para questionar, contudo bastava ver a execução a cerca de 51% do proposto para se perceber que a Câmara Municipal de Monchique não era cumpridora. Depois relativamente à questão dos trabalhos a mais disse que não era técnico de obras e assim, perguntava porque não sabia. A crítica que fizera não era direccionada especificamente à Câmara de Monchique mas sim ao geral nacional -----

Falou o membro António Venda, do PSD, questionando o Vice-Presidente da Câmara porque razão o seu nome não constava na lista de vereadores patente no documento -----

O Vice-Presidente da Câmara indicou que o nome do membro encontrava-se inscrito da lista de responsáveis constante do documento porque a lista de vereadores contara apenas com os que tinham saído directamente das eleições -----

Falou o membro Carlos Almeida dizendo lamentar a atitude do membro Rui André em não responder cabalmente à questão que lhe colocara. Entendia que o papel de membro eleito da Assembleia Municipal implicava maior responsabilidade, a questionar mas também a fundamentar as asserções produzidas. Nessa conformidade permitia-se dizer que a afirmação do membro não tinha sentido nem era verdadeira, porque a Câmara Municipal de Monchique era exemplar, a nível nacional e em particular a nível do Algarve, no que concernia a pagar a fornecedores e empreiteiros nos prazos certos. Por ocasião das intempéries de 1997, a Câmara recorreu a crédito, que só começou a amortizar ao fim de 5 anos, findo o prazo de carência, e dispunha também do outro empréstimo, cujos dinheiros todos sabiam onde tinham sido aplicados e era natural que essas amortizações se reflectissem nas contas, mas daí à insinuação de desvios de verbas ia uma distância considerável. Por fim recomendava ao Presidente da Assembleia Municipal

que começasse a ser mais exigente com a natureza deste tipo de intervenções.-----

Falou o membro Luís Grade em complemento à sua primeira intervenção, dizendo que não preconizara o acabar com as ajudas de custo ou horas extraordinárias mas, ao olhar para os números, verificava que o grau de execução da grande parte dos itens rondava os 99% do que estava cabimentado, isto é, teria bastado um esforço mínimo para haver alguma contenção na despesa.-----

Falou o membro Francisco Freitas do PSD, tendo começado por dizer que lamentava a ausência do Presidente da Câmara numa sessão tão importante do órgão deliberativo. Achava mesmo que quando fosse previsível uma ausência deste não devia ser convocado o órgão deliberativo, a exemplo do que fora mencionado anteriormente relativamente às reuniões das juntas de freguesia. Também lamentava a interpretação que o membro Carlos Almeida fizera da intervenção do seu colega de bancada, porque este estava na Assembleia com sentido de causa e honestidade. Depois disse que, em resumo, o que era inegável é que se estava a apreciar uma demonstração de resultados líquidos claramente negativa, isto é: a Câmara Municipal gastava mais do que devia e o resultado de €1558313.26 mostrava uma tendência de despesismo que teria de ser estancada de uma forma ou de outra. Por fim questionava se a Câmara tinha a coragem de dar a conhecer estes resultados à população.-----

Falou o Presidente da Assembleia Municipal dizendo que não se devia confundir um debate sobre opções políticas com questões técnicas, as quais não devem ser postas em causa porque obedecem sempre a normas estritas. Esta intervenção justificava-se por terem surgido neste debate questões que aparentemente punham em causa a escrituração dos números como se se estivesse a falar de uma mercearia, onde se tira de um lado para pôr noutro, e a Assembleia Municipal merecia mais dignidade. Seguidamente deu a palavra ao plenário para mais uma ronda de esclarecimentos relativamente ao ponto em agenda.-----

Falou o membro António Venda dizendo não tomar a defesa do seu colega Rui André que, certamente, saberia fazê-lo por si, mas na intervenção que este fizera certamente não se estaria a referir a pagamentos a fornecedores e empreiteiros mas sim às diferenças entre projectado e cumprido. Depois reportou-se ao assunto abordado de se dever justificar as afirmações que se

fazem dizendo concordar integralmente com isso mas, lembrava os presentes que na acta da sessão do órgão deliberativo de 20 de Dezembro de 2005 constava, da intervenção do Presidente da Câmara: “em que ocorreram situações estranhas e houve pressões a pessoas inclusivamente nas próprias mesas de voto”, como sendo um exemplo de afirmações que se fazem sem se poderem provar depois.-----

Falou o Vice-Presidente da Câmara começando por dizer, relativamente à intervenção do membro Luís Grade, que este deveria consultar também o mapa das modificações orçamentais, com as dotações inicial e final e os ajustes que foram efectuados ao longo do ano para poder verificar que, por alteração orçamental, a verba remanescente transitou para outros itens e as despesas reforçadas foram essencialmente as de saúde. Depois em resposta ao membro Francisco Freitas disse que a razão para o resultado do exercício ser negativo em um milhão e 500 mil devia-se, como já dissera, ao facto de o património ter aumentado para 75 milhões passando a positivo, tendo sido negativo no ano transacto.-----

Falou o membro Rui André dizendo que, na perspectiva do que se estava a falar também o representante da Câmara Municipal não respondera às questões que ele formulara anteriormente, designadamente a questão do dinheiro das empreitadas das estradas que ele ficara efectivamente sem saber onde fora parar. Disse ainda que outra questão que não considerava esclarecida era a dos trabalhos a mais exemplificando a sua intervenção dizendo que no parque subterrâneo de São Sebastião tinham aparecido problemas, já depois da obra pronta, que a Câmara Municipal teve de resolver em lugar de a responsabilidade ser imputada ao empreiteiro, situação inimaginável se se tratasse de qualquer particular a quem fosse entregue uma casa nova, com rachas nas paredes ou rebocos estalados.-----

O Vice-Presidente da Câmara atalhou o membro pedindo-lhe mais uma vez que não falasse de coisas das quais não entendia, ou para fazê-lo apenas quando se tivesse informado previamente de como se processavam as questões técnicas, porque assim estava a debitar inverdades.-----

Terminadas estas intervenções, não havendo mais ninguém inscrito para falar o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos.-----

**Votação dos documentos de prestação de contas do Município de Monchique referentes ao ano económico de 2005;**-----

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por maioria com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Votou a favor
José Manuel da Silva Furtado	Votou a favor
José Alves Francisco	Votou a favor
Carlos Bruno Correia de Almeida	Votou a favor
Mário Manuel Papuchinha David	Votou a favor
António José da Conceição Pedro Rodrigues Páscoa	Votou a favor
António Silvestre da Silva Nunes	Votou a favor
Henrique Jorge Vicente Maio	Votou a favor
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Votou a favor
Luís Filipe da Silva Bebiano	Votou a favor
Maria da Graça Cerro Batalim da Mota	Votou a favor
Rui Miguel da Silva André	Votou contra
António Manuel Rodrigues Venda	Votou contra
Francisco José Martins Freitas	Votou contra
Paulo Alexandre Duarte Rosa	Votou contra
Luís Filipe de Carvalho Grade	Votou contra
Paulo Jorge Martins Teodoro	Absteve-se

Votos a favor: 11; votos contra: 5 abstenções: 1.-----

O Presidente da Assembleia Municipal inquiriu os presentes por declarações de voto que porventura quisessem fazer -----

Da parte do plenário ninguém se manifestou nesse sentido e assim, não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrado este ponto.-----

-Seguidamente deu-se entrada no ponto imediato da Ordem de Trabalhos.---

**Três: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Alferce;-----**

Após a introdução deste ponto, cujos documentos correspondentes passam a constituir o anexo n.º 13/2006 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu ao plenário que os dois pontos seguintes da Ordem de Trabalhos fossem introduzidos para debate simultâneo visto tratarem-se de assuntos semelhantes e fossem então posteriormente votados separadamente.-----

Da parte do plenário ninguém se opôs àquela proposta pelo que se deu entrada aos pontos 4 e 5 da Ordem de Trabalhos -----

**Quatro: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Monchique;-----**

**Cinco: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Marmelete;-----**

Os documentos correspondentes a estes pontos passam a constituir respectivamente os anexos n.ºs 14/2006 e 15/2006 às actas.-----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal leu o texto das propostas ao plenário após o que deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para este complementar alguma informação que julgasse pertinente -----

Falou o Vice-Presidente da Câmara dizendo que os protocolos eram idênticos aos respectivos dos anos transactos, à excepção do da freguesia de Marmelete, em que se incluía, pela primeira vez, também a transferência de verbas para transportes escolares visto que a Junta de Freguesia se disponibilizara para efectuar parte dessa prestação de serviços.-----

Falou o membro Rui André, para perguntar qual o significado de uma sigla constante no canto inferior esquerdo do documento do protocolo da freguesia de Alferce.-----

Respondeu o Vice-Presidente da Câmara Municipal dizendo que era comum e norma aceite haver uma referência ao nome tanto do responsável pela sua redacção como pela sua dactilografia no rodapé dos documentos tipografados, e não devia ser confundida com o texto.-----

Falou o membro Francisco Freitas tendo-se reportado ao texto do protocolo com a Freguesia de Alferce, onde consta a limpeza e manutenção do espaço da escola básica daquela localidade, para questionar o representante da Câmara Municipal sobre que destino seria dado ao espaço e ao edifício que, como se prevê, irá terminar as suas funções a partir do corrente ano escolar.

Respondeu o Vice-Presidente da Câmara Municipal dizendo ao membro Francisco Freitas que o protocolo que estava a ser celebrado era apenas no âmbito do que estava escrito, não se prevendo delegar nas juntas de freguesia qualquer atribuição sobre o destino ou a utilização a dar a este ou a qualquer outro edifício e, no caso concreto da escola de Alferce ainda não

havia nada definido -----  
Seguidamente, não havendo mais nada a tratar sobre este assunto, de acordo com o método adoptado procedeu-se, separadamente à votação destes pontos da Ordem de Trabalhos -----

**Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Alferce -----**

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por unanimidade.-----

**Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Monchique.-----**

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por unanimidade.-----

**Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para celebração de um protocolo de acordo para a delegação de actos da sua competência na Junta de Freguesia de Marmelete.-----**

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por unanimidade.-----

Seguidamente deu-se entrada ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos -----

**Seis: Informações sobre: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, Plano Regional do Ordenamento Florestal do Algarve, Plano Sectorial da Rede Natura 2000.-----**

O Presidente da Assembleia Municipal leu ao plenário uma informação escrita do Presidente da Câmara, que também foi distribuída pelos membros dando conta do andamento dos processos em apreço. Este documento passa a constituir o anexo n.º 16/2006 às actas -----

Seguidamente deu a palavra ao plenário para intervenções que os membros quisessem fazer relativas a este ponto -----

Falou o membro Carlos Almeida, tendo dito que na Assembleia Metropolitana, à excepção da CDU que apenas fizera uma intervenção política, todas as forças representadas apresentaram moções, as quais viriam depois, em reunião de concertação, a ser sintetizadas numa única e, isto fora uma indicação, que aprazia registar, de que a região, independentemente da política partidária, movia-se toda numa só direcção, relativamente a estes projectos de planos Registava também que a proposta

saída do plenário relativa ao PROFAlgarve já fora aceite na Comissão Mista de Acompanhamento.-----

Falou o membro Rui André tendo dito que também se congratulava com a inclusão da proposta para o PROFAlgarve saída do plenário mas, questionou qual o significado da votação favorável por parte da Câmara de Monchique, constante no documento relativamente à proposta do PROTA Algarve, uma vez que tanto a deliberação da Câmara como a da Assembleia Municipal tinham sido de votar contra aquela proposta.-----

Respondeu o Vice-Presidente dizendo que essa votação favorável não significava a aprovação do plano por parte da autarquia mas tão só validar, um parecer da Comissão de acompanhamento para que o processo passe a uma fase seguinte, de concertação, ou seja: discutido individualmente com cada uma das câmaras municipais, após o que voltará à Comissão para ser votado e posteriormente passar à fase de discussão pública. Nessa reunião de concertação, a posição que foi definida nas reuniões dos dois órgãos autárquicos será a que a Câmara Municipal de Monchique defenderá.-----

Falou o membro José Manuel Furtado reportando-se ao boletim da ANMP, referindo aos membros que ocorrera uma reunião da secção das Áreas Protegidas e do Plano Sectorial da Rede Natura, daquela entidade, em que o Presidente da Câmara Municipal de Monchique foi nomeado relator para diversas áreas do âmbito daquela secção, coadjuvado por outros autarcas.—

O membro Paulo Rosa, do PSD, solicitou ainda permissão para fazer uma intervenção que, disse, não tivera enquadramento em nenhum dos pontos da agenda. Assim começou por recomendar que a Câmara Municipal, em face das quantidades de vegetação espontânea que crescera durante o tempo de chuvas, redobrasse as precauções e desse início imediato a acções tendentes à sua desmatção por forma a ajudar a prevenir os incêndios florestais. Depois reportou-se ao folheto que fora divulgado pela Câmara Municipal dando conhecimento da realização da feira dos produtos locais para dizer que a escolha dos produtos fotografados nesse folheto fora infeliz porquanto representava legumes que não tinham a ver propriamente com a agricultura de Monchique e assim pedia ao representante da Câmara que recomendasse o refazer da fotografia e do folheto com a inserção de produtos mais genuínos da agricultura local.-----

Não havendo mais nada a tratar e tratando-se de uma sessão ordinária, seguidamente, foi dada a palavra ao público presente, mas não houve

qualquer intenção de intervenção-----

Assim deu-se por encerrada a sessão da Assembleia Municipal pelas 23h20 do dia 26 de Abril de 2006, da qual se lavrou esta acta que depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia.-----

*Fernando Pereira*  
*Henrique*  
*Henrique*  
*Abel*  
*Luís*